

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

Referência: Pregão Eletrônico nº 90013/2024

Processo Administrativo nº 23034.000023/2024-16

A **ALGAR TI CONSULTORIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.510.654/0004-21, com sede na SBS Q. 02 BL. Q SALA 402 – Brasília-DF, vem, por meio de seus representantes infrafirmados, com fulcro na Seção 11 do edital e no artigo 165 da Lei nº 14.133, de 2021, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

apresentado pela empresa **QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.752.792/0001-01, pelos argumentos de fato e de direitos a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

1. De início, verifica-se que as contrarrazões, ora apresentadas preenchem o requisito da tempestividade, pois o prazo para protocolo das razões recursais findou no dia 07 de janeiro de 2025, sendo determinada a data limite para o registro das contrarrazões em 10 de janeiro de 2025. Assim, esta peça é tempestiva.

II. BREVE RESUMO DOS FATOS E DAS RAZÕES RECURSAIS

2. O presente certame versa sobre a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, cujo objeto é contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de apoio técnico especializado às atividades de gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do FNDE, conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital nº 90013/2024.

3. Realizada e processada a disputa, nos termos disciplinados no instrumento convocatório e anexos, registrou-se a seguinte ordem de classificação das licitantes: em primeiro lugar, a LINUXELL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA e, em segundo lugar, a ALGAR TI, ora Recorrida.

4. Após a inabilitação da empresa LINUXELL visto que não logrou êxito em comprovar a exequibilidade de sua proposta de preços, a empresa ALGAR TI foi convocada. Com base nos acertados termos da Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI desse nobre Órgão, a Recorrida ALGAR TI teve sua proposta aceita e foi habilitada no presente certame, uma vez que a proposta de preços e a documentação apresentada atendem às especificações e exigências do Edital e estão em conformidade com a legislação vigente.

5. Contra essa decisão, a empresa QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI, ora Recorrente, se insurgiu aduzindo, segundo seu equivocado entendimento, que a proposta apresentada pela Recorrida ALGAR TI é inexecutável, uma vez que considerou a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) de acordo com o Art. 7º da Lei nº 12.546/2011. E ainda, alegou que a declaração na proposta da ALGAR, de que estão inclusos todas as despesas diretas e indiretas não corresponde à realidade, posto ser válida por 22 dias e não os 60 dias, como exigidos no item 5.9 do Edital.

6. Entretanto, as razões recursais não merecem ser acolhidas, conforme será demonstrado, vez que a Recorrente se utilizou de acusações infundadas, apenas com o objetivo de procrastinar o procedimento, com isso trazendo sérios prejuízos à Administração.

7. A priori, ressalta-se que não há dúvidas de que a proposta de preços e os requisitos de habilitação da Recorrida obedeceram a todos os critérios estabelecidos no edital, visto que, por tais motivos, a empresa ALGAR TI foi declarada vencedora no certame.

8. Noutro norte, as razões recursais apresentadas apenas demonstram uma conduta puramente protelatória da Recorrente que contraria os princípios do Direito Administrativo com o único objetivo de reverter a adjudicação do objeto do certame, apesar de desprovida de qualquer fundamentação lógica ou jurídica.

9. Dito isso, passa-se ao exame das alegações da Recorrente.

III. DA LEGALIDADE DA DECISÃO DO PREGOEIRO QUE HABILITOU A RECORRIDA

10. O objetivo da presente defesa é demonstrar que a Recorrida comprovou os requisitos necessários para demonstrar a exequibilidade da proposta de preços ofertada, bem como cumpre as regras exigidas pelo Edital e, por isso, o recurso da empresa QUALIFICAR deve ser integralmente desprovido.

11. Destaca-se ainda que as presentes contrarrazões trazem à baila a aplicação da nova Lei de Licitações, de nº 14.133/2021, e interpretação do Edital condizente com os princípios da legalidade, da competitividade e da vantajosidade os quais a r. Comissão se ativeram.

12. É certo que a condução do processo licitatório em epígrafe ocorreu em consonância com as regras estabelecidas na legislação que regula o tema, sendo que a decisão levada a termo por esta respeitosa Comissão é irretocável, onde houve a prevalência da legalidade e isonomia esperadas quando da competição por uma proposta capaz de atender integralmente às necessidades da Administração Pública, merecendo ser mantida a habilitação da empresa ALGAR TI.

13. Em suas razões recursais, a Recorrente afirma equivocadamente que a proposta da ALGAR TI é inexequível, visto que a Recorrida não incorporou as modificações impostas pela Lei nº 14.973/2024, que institui o regime de transição da CPRB a partir do ano de 2025, mas considerou a legislação pretérita, a Lei nº 12.546/2011, o que afeta diretamente os custos do contrato.

14. Para fundamentar a sua argumentação desprovida de qualquer lógica, a Recorrente ainda alega que a proposta, de 09/12/2024, por considerar a legislação que esteve vigente até 31/12/2024, foi válida por 22 dias e não por 60 dias como determinado no Edital.

15. Ora, verifica-se que se tratam de alegações infundadas, levantadas unicamente para tumultuar o certame. Ao que parece, a Recorrida pretende distorcer a finalidade do certame que, precipuamente, busca a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sempre pautada no interesse público, observada a igualdade de condições entre os licitantes.

16. Como é de comum conhecimento, a inexequibilidade para ser alcançada tem de ser efetivamente comprovada e estar sujeita aos regramentos dispostos pela Lei

14.133/2021, não bastando uma mera alegação para fazer valer tal entendimento.

17. Não por outra razão é que o Tribunal de Contas da União determina à administração verificar a efetiva capacidade de a licitante executar os serviços, no preço oferecido, assegurado o alcance do objetivo da licitação, que é a seleção da proposta mais vantajosa, e, por consequência, do interesse público, bem tutelado pelo procedimento licitatório. – cf. Acórdão 141/2008 Plenário.

18. Nos termos da Nota Técnica nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI, é possível verificar que o d. Pregoeiro agiu corretamente e dentro da legalidade ao classificar a proposta da empresa. Em que pese a irresignação da Recorrente, suas razões recursais não merecem prosperar, uma vez que não basta apenas o inconformismo com o resultado do julgamento.

19. Cumpre salientar que a avaliação e o aceite da proposta foram realizados após a detida análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, com a promoção das devidas diligências, a qual embasou a decisão do pregoeiro. Assim, considerando a manifestação técnica apresentada, nada restou além de acatar o entendimento da equipe técnica de julgamento do certame e habilitar a Recorrida, a qual considerou que *“a proposta atende aos critérios de ACEITAÇÃO, tendo demonstrado sua exequibilidade”*. Ainda no tópico 5.2 da citada Nota Técnica - Da consistência dos cálculos, índices e percentuais utilizados – no item CPRB, foi manifestado que o valor aplicado está “em conformidade”.

20. É certo que a publicação da Lei nº 14.973, em 16/09/2024, instituiu o regime de transição para o fim da Desoneração da Folha de Pagamento, alterando o regime tributário previdenciário a partir de 01/01/2025. Assim, a proposta de preços foi elaborada com base nos exatos termos dessa lei, que prevê a transição da CPRB a partir do ano de 2025.

21. Em suma, o valor ofertado pela Recorrida corresponde ao cenário vigente em 09/12/2024, data da apresentação da proposta, sendo que, nos custos do contrato a ser firmado apenas no ano de 2025, foi considerado o término do benefício da CPRB, como orientado na resposta ao pedido de esclarecimento citado pela Recorrente.

22. Além disso, restou claro a todos os licitantes que o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será admitido por ocasião de eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, sendo afastada a possibilidade de reajuste de preços em virtude do fim da CPRB, já previsto na Lei nº 14.973/2024.

23. Desse modo, reitera-se que no preço ofertado há a previsão do término do benefício da CPRB e a Recorrida, em momento algum da contratação, se utilizará do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com fundamento no regime de transição previsto na Lei nº 14.973/2024.

24. Posto isso, no que tange à alegada inexecutabilidade da proposta, não há qualquer razoabilidade da Recorrente. Ora, o objetivo da licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, com a igualdade de condições entre os licitantes! Sendo que deverá ser processada e julgada em observância *“aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.”*¹

25. Em atendimento a todos esses preceitos, a ALGAR TI apresentou as planilhas de formação de custos no momento oportuno, com base na legislação vigente, sendo que foram detidamente analisadas pela D. Comissão de Licitação do FNDE.

26. Importante salientar, apenas por mero preciosismo, que cada empresa tem sua própria estratégia de prestação de serviços e a ALGAR TI apresentou sua proposta comercial baseados em sua estratégia com resultados que atendem ao solicitado com eficiência e qualidade adequada.

27. Desta feita, a ALGAR TI seguiu todos os parâmetros do edital e assim comprovou adequadamente seus custos e consequentemente a exequibilidade da sua proposta, conforme correta avaliação da equipe técnica do FNDE.

28. Por fim, destaca-se que a Recorrida apresentou declaração afirmando que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como há claro compromisso da ALGAR TI para a prestação dos serviços com a qualidade e eficiência esperadas pelo FNDE.

¹ Artigo 5º da Lei nº 14.133/2021

29. Daí porque não há que se falar em qualquer inexecuibilidade para os preços ofertados ou mesmo que a declaração da proposta da ALGAR TI não corresponde à realidade e tem validade por apenas 22 dias, de 09/12/2024 a 31/12/2024, uma vez que a proposta foi elaborada com base na legislação vigente à época de sua apresentação, restando claro que as argumentações recursais da Recorrente nada mais são do que ilações sem sentido ou sem qualquer comprovação robusta.

30. Corroborando o entendimento, com vistas a conferir segurança às tratativas que antecedem a celebração de contratos, o ordenamento jurídico brasileiro institui a regra de que a proposta vincula o proponente.

31. É o que estabelece o Código Civil, em seu art. 427, segundo o qual a *“proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso”*.

32. Da mesma forma, a Lei de Licitações busca atribuir efetividade a essa máxima, ao dispor que os *“contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta (art. 89, § 2º).”*

33. Ainda, em seu art. 92, estabelece como cláusula obrigatória do contrato aquela que verse sobre a *“vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;”* (inc. II).

34. Neste sentido, a ALGAR TI afirma, ao contrário do alegado pela empresa QUALIFICAR, que apresentou proposta exequível e a mais vantajosa para o FNDE, não havendo que se falar em apresentação de proposta inexecuível em descumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, merecendo ser desprovido o recurso interposto pela empresa QUALIFICAR e, conseqüentemente, mantida a habilitação da empresa ALGAR TI.

III. DOS PEDIDOS

35. Considerando tudo quanto anteriormente exposto, em especial o acerto da decisão administrativa em declarar a empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A. como vencedora da disputa, requer-se pelo não provimento do recurso apresentado pela empresa QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 04.752.792/0001-01, sendo mantida inalterada a decisão administrativa proferida.

Nesses termos

Pede e espera deferimento.

Brasília-DF, 10 de janeiro de 2025.

Algar TI Consultoria S/A
CNPJ: 05.510.654/0004-21
André Bezerra Ramos
CPF: 908.034.421-49 | RG: 1.624.579 SSP/DF